

Uma análise sobre a transgeracionalidade da violência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

An analysis of the transgenerational nature of violence against children and adolescents in situations of social vulnerability

Un análisis del carácter transgeneracional de la violencia contra niños y adolescentes en situación de vulnerabilidad social

Karoline Arcanjo Apóstolo da Silva

Mestranda em Psicologia

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Seropédica – Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: karolarcanjo21@gmail.com

Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Doutora em Psicologia

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Seropédica – Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: claudiaapeixoto@gmail.com

Luana Martins Santos

Mestra em Serviço Social

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Endereço: Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: servicosocial@haja.org.br

Nadia Maria Rocha Barbazza

Pós-graduada em Saúde Pública

Instituição: Swiss Tropical and Public Health Institute

Endereço: Kreuzstrasse – Suíça

E-mail: diretoria@haja.org.br

RESUMO

A violência é um fenômeno naturalizado que atravessa todas as classes sociais e se dissemina nas relações interpessoais, frequentemente associada à relação de poder. No Brasil, a maioria dos casos de violação de direitos de crianças e adolescentes é cometida por adultos com laços de consanguinidade ou função parental. Observa-se, principalmente, a perpetuação ou naturalização dessa violência em famílias de mulheres que sofreram agressões na infância, refletindo na falta de postura protetiva em relação aos filhos. Essa dinâmica pode ser explicada pela ausência de modelos adultos saudáveis durante a infância. Este estudo teve como objetivo investigar se crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social são vítimas de violação de direitos devido à transgeracionalidade da violência, considerando o racismo estrutural como fator basilar nas relações sociais e familiares. A pesquisa utilizou a metodologia de Inserção Ecológica para o trabalho de campo, com a participação de 21 mães ou cuidadoras de crianças e adolescentes de

5 a 18 anos, inscritas em projetos da ONG HAJA, localizada na comunidade de Quatro Rodas, Duque de Caxias-RJ. A pesquisa buscou compreender como o racismo estrutura a violência transgeracional, identificar o perfil das famílias que perpetuam esse ciclo, os impactos no desenvolvimento infantil e as estratégias de intervenção aplicadas no Brasil na última década. Os resultados indicaram a presença significativa da violência transgeracional, com o racismo estrutural como um dos pilares fundamentais dessas violações.

Palavras-chaves: transgeracionalidade da violência, inserção ecológica, crianças e adolescentes, racismo.

ABSTRACT

Violence is a naturalized phenomenon that crosses all social classes and spreads in interpersonal relationships, often associated with power dynamics. In Brazil, most cases of rights violations against children and adolescents are committed by adults with consanguinity or parental bonds. It is particularly evident in families where women who experienced violence in childhood perpetuate or naturalize this violence toward their children, often lacking a protective stance toward potential violence their children may face. This dynamic can be explained by the absence of healthy adult role models during childhood. This study aimed to investigate whether children and adolescents in situations of social vulnerability are victims of rights violations due to the transgenerational nature of violence, considering structural racism as a foundational factor in social and family relations. The research utilized Ecological Insertion methodology for fieldwork, involving 21 mothers or legal guardians of children and adolescents aged 5 to 18, enrolled in projects of the HAJA NGO, located in the Quatro Rodas community, Duque de Caxias-RJ. The study sought to understand how racism structures transgenerational violence, identify the profile of families that perpetuate this cycle, assess its impact on child development, and examine intervention strategies applied in Brazil over the last decade. The results indicated a significant presence of transgenerational violence, with structural racism being a key pillar of these violations.

Keywords: transgenerational violence, ecological insertion, children and adolescents, racism.

RESUMEN

La violencia es un fenómeno naturalizado, transversal a todas las clases sociales y generalizado en las relaciones interpersonales, muchas veces asociado a relaciones de poder. En Brasil, la mayoría de los casos de violación de los derechos de niños y adolescentes son cometidos por adultos con vínculos de consanguinidad o función parental. Esta violencia se perpetúa o naturaliza principalmente en familias de mujeres que sufrieron agresiones en la infancia, lo que refleja una falta de postura protectora hacia sus hijos. Esta dinámica puede explicarse por la falta de modelos adultos sanos durante la infancia. El objetivo de este estudio fue investigar si los niños y adolescentes en situación de vulnerabilidad social son víctimas de violaciones de derechos debido al carácter transgeneracional de la violencia, considerando el racismo estructural como un factor básico en las relaciones sociales y familiares. La investigación utilizó la metodología de Inserción Ecológica para el trabajo de campo, con la participación de 21 madres o cuidadoras de niños y adolescentes de 5 a 18 años, inscritos en proyectos de la ONG HAJA, localizada en la comunidad de Quatro Rodas, Duque de Caxias-RJ. La investigación buscó entender cómo el racismo estructura la violencia transgeneracional, identificar el perfil de las familias que perpetúan este ciclo, los impactos en el desarrollo infantil y las estrategias de

intervención aplicadas en Brasil en la última década. Los resultados indican la presencia significativa de violencia transgeneracional, con el racismo estructural como uno de los pilares fundamentales de estas violaciones.

Palabras clave: violencia transgeneracional, inserción ecológica, niños y adolescentes, racismo.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS,2022) define saúde mental como um estado de bem-estar onde a pessoa pode realizar suas capacidades, lidar com o estresse, trabalhar de forma produtiva e contribuir para a comunidade. Ela é considerada parte essencial da saúde geral e um direito fundamental, sendo também chave para a cobertura universal de saúde de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (2022). Fatores como pobreza e baixa escolaridade, além das instabilidades socioeconômicas, afetam diretamente a saúde mental (Cançado; De Souza ; Da Silva Cardoso, 2014). Importante ressaltar que crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Brasil enfrentam diversos desafios para o acesso a direitos fundamentais como educação, saúde e proteção (Zaniani ; Boarini, 2011).

Segundo pesquisa da EBC (2018), mais de 40% das crianças e adolescentes até 14 anos vivem em condições de pobreza no Brasil. Esse contexto de privação aumenta a exposição a diferentes formas de violência, muitas vezes naturalizadas como parte da cultura social, que impactam severamente o desenvolvimento infantil. A violência intrafamiliar, principal forma de violação de direitos entre crianças e adolescentes no Brasil (Brasil, 2021), está intimamente ligada à transgeracionalidade, que se refere à perpetuação de comportamentos violentos através das gerações (Rebhain ; Chatelar, 2013).

A violência, como expressão do comportamento humano, é influenciada pelo contexto social e histórico (Silva et al., 2011). D'Oliveira et al. (2009) identifica três formas principais de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: física, psicológica e sexual, refletindo desigualdades sociais e de gênero. Ramos e Oliveira (2008) definem a violência como a dominação de um indivíduo sobre outro, negando igualdade e liberdade.

O Brasil, historicamente, foi profundamente marcado pela escravização e pelo genocídio de populações indígenas, o que consolidou uma cultura de violência estrutural que afeta de maneira desproporcional as mulheres negras e seus descendentes (Nascimento, 2016). De acordo

com dados da Agência Brasil 2024, entre as 45 milhões de mulheres negras no país, a maioria (66%) possui uma renda familiar de até dois salários mínimos. Além disso, 78% delas são mães, com 58% tendo filhos menores de 18 anos. No que tange à violência física e sexual, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) revelou que, em 2022, mais da metade (55%) das brasileiras vítimas de violência eram negras (Brasil, 2024). Entre as vítimas de violência sexual, 62% eram mulheres negras, enquanto 67% das vítimas de homicídio pertenciam a esse grupo (Brasil, 2024). Esses dados evidenciam que o racismo estrutural, desde a colonização, tem moldado as relações sociais e familiares. Esse aspecto é fundamental para compreender a dinâmica "normal" das relações familiares no Brasil, conforme destacado por Almeida (2019).

A transgeracionalidade pode provocar traumas psíquicos que se manifestam por meio de sintomas psicológicos ou psicossomáticos (Rebhein; Chatelar, 2013). Pesquisas neuroendócrinas demonstram que experiências traumáticas impactam a estrutura cerebral e o comportamento, sugerindo uma conexão entre vivências adversas e alterações neurobiológicas (Stern, 1995). Nesse contexto, a violência, que pode ser transmitida de geração para geração, perpetua um ciclo de sofrimento que exige intervenções para ser interrompido (Silva;Menezes;Lopes,2010). Quando se considera o racismo estrutural, essa dinâmica se torna ainda mais complexa, pois as experiências de discriminação e violência racial não apenas afetam o bem-estar psicológico das vítimas, mas também têm o potencial de se perpetuar ao longo das gerações, consolidando um legado de traumas que impactam profundamente as comunidades afetadas. Portanto, entender a interseção entre transgeracionalidade e racismo estrutural é crucial para desenvolver abordagens eficazes de intervenção e suporte.

No contexto da comunidade de Quatro Rodas, local de realização da pesquisa, essa dinâmica é exacerbada pela extrema vulnerabilidade social e pelas condições precárias de vida impostas a famílias historicamente marginalizadas, como as de catadores de materiais recicláveis (Santos,2021). A naturalização da violência infantil, muitas vezes empregada como ferramenta pedagógica, está profundamente entrelaçada com as desigualdades estruturais, incluindo o racismo, que molda a realidade desse território. Compreender essas intersecções é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que visem romper com os ciclos de violência e discriminação racial. Assim, a abordagem das questões de transgeracionalidade e racismo estrutural se torna fundamental para promover não apenas a reparação histórica, mas também a saúde mental e o bem-estar das comunidades impactadas.

1.1 OBJETIVO

Este artigo propõe analisar se as crianças e adolescentes nesse contexto da ONG HAJA, em situação de vulnerabilidade social, são vítimas de violações de seus direitos devido à transgeracionalidade da violência. Para tanto, buscou investigar as seguintes questões: O racismo é um fenômeno que estrutura a lógica da transgeracionalidade da violência? Quais são as características desse contexto social? Qual é o perfil das famílias que perpetuam essa violência transgeracional? Quais estratégias de intervenção foram adotadas no Brasil na última década para interromper a transgeracionalidade da violência? E, por fim, qual é o impacto dessa violência no desenvolvimento de crianças e adolescentes?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O QUE É E COMO NASCEU A HAJA?

A HAJA é uma organização sem fins lucrativos que atua na linha de frente com as famílias que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social no território de Jardim Gramacho, situado no município de Duque de Caxias – RJ. A missão da organização é mitigar a fome e a extrema pobreza no Jardim Gramacho (RJ), por meio da educação, inclusão produtiva e acesso a direitos. Seus valores incluem justiça, comprometimento, relevância, confiabilidade e inovação.

A HAJA foi fundada por Nadia Barbazza, de nacionalidade suíça, que, após uma longa trajetória em projetos sociais pelo mundo, conectou-se às demandas do território de Quatro Rodas, em Jardim Gramacho. Em 2018, a HAJA ainda não contava com uma estrutura física apropriada, mas já oferecia atendimento aos moradores e doação de alimentos com o auxílio de voluntários. Em 2019, a organização foi formalizada, e a compra de um terreno possibilitou a construção da sede da instituição. No ano seguinte, em 2020, a HAJA começou a estruturar sua equipe e ampliar suas atividades principais, firmando parcerias importantes. Durante a pandemia, o trabalho realizado foi crucial para o crescimento da organização e para fortalecer sua relação com a comunidade.

Com o apoio de investidores e parcerias com outras ONGs, como Transforma Brasil e Gastromotiva, a HAJA consolidou seus programas. Em 2025, a equipe conta com 17 colaboradores e programas estruturados, como Educação Complementar, Inclusão Produtiva e Acesso a Direitos, além de uma Cozinha Solidária.

Campos de atuação e programas da HAJA

2.2 EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR

O programa de Educação Complementar oferece atividades para 100 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, no contraturno escolar, com o objetivo de combater a evasão escolar, analisar dificuldades de aprendizagem e corrigir distorções idade/série. As atividades promovem o desenvolvimento pedagógico, artístico, social e esportivo, além de estimular o acesso à saúde e acompanhamento psicológico, quando necessário. A iniciativa visa atender crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social, buscando romper ciclos de exclusão e oferecer suporte assistido quando necessário.

2.3 INCLUSÃO PRODUTIVA

O programa de Inclusão Produtiva visa promover cidadania através de cursos profissionalizantes, com destaque para a marcenaria. Desde seu início em 2021, o programa já gerou empregos para moradores locais e oferece uma fonte de renda por meio da venda de produtos artesanais. O objetivo é impactar positivamente a comunidade, inserindo seus membros no mercado de trabalho formal e promovendo autonomia.

2.4 ACESSO A DIREITOS

O Serviço Social da HAJA iniciado em 2020, realiza atendimento a cerca de 200 famílias, viabilizando documentações, benefícios sociais e visitas domiciliares. Também promove rodas de conversa para conscientização de direitos e cidadania, especialmente após uma pesquisa etnográfica/científica realizada com 80 famílias da comunidade de Quatro Rodas. Além disso, o

Serviço Social da HAJA é responsável por coordenar e analisar os dados dos Impactos Sociais gerados pela organização.

2.5 DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

O projeto de Desenvolvimento Psicossocial foca na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. O psicólogo da HAJA realiza atendimentos integrados e promove rodas de conversa com a comunidade, abordando temas relevantes para o bem-estar e a saúde mental.

2.6 COZINHA SOLIDÁRIA

A Cozinha Solidária oferece alimentação saudável para a comunidade, distribuindo mais de 180 almoços diários de segunda a sexta-feira, além de lanches e almoços para os alunos do programa de Educação Complementar. O projeto proporciona acesso a refeições nutritivas para os moradores de Jardim Gramacho.

2.7 TERRITÓRIO DA ONG HAJA¹

O sub-bairro de Jardim Gramacho é pertencente ao 1º Distrito do município de Duque de Caxias, e que segundo registro do IBASE (2005), em termos de moradores, contabilizam-se cerca de 20.000 pessoas, mas, atualmente, não há registros oficiais a respeito desse contingente.

O sub-bairro durante 34 anos abrigou o vazamento do lixo a céu aberto e, de acordo com Valéria Bastos (2005) e Lucia Pinto (2004), passou a funcionar desde 1976 sob administração da Companhia de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – COMLURB, e durante três décadas, funcionou como o maior lixão² da América Latina, embora no período de sua

¹Texto extraído do trabalho de Dissertação de Mestrado de Luana Martins Santos intitulado “O legado do encerramento do lixão de Gramacho: Análise a partir do trabalho das ONG’s e seus rebatimentos no território” defendido pelo Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica em 2021.

²Lixão: forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que se caracteriza pela simples descarga do lixo sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública.

implantação tenha sido classificado como Aterro sanitário³, mas em função do não tratamento adequado dos resíduos, acabou sendo desconfigurado e reconhecido como uma área de grande poluição tanto para Baía de Guanabara pelo vazamento de chorume⁴, como pelos gases poluentes, como o caso do metano, que ao contaminar o ar, gerou inúmeros processos de adoecimento das vias respiratórias para população residente.

De acordo com Bastos (2014), no ano de 1995, a COMLURB, responsável pela operação, foi obrigada a tomar providências e conduzir o processo de recuperação ambiental do espaço de vazamento a céu aberto, o transformando em aterro controlado⁵, bem como foram tomadas medidas sociais para o contingente de catadores que ali exerciam suas atividades laborais de catação de resíduos sólidos de forma insalubre, perigosa e penosa.

Vale ressaltar, que diante da ausência de controle das atividades no lixão, em conjunto com as possibilidades de instalação local, para a atividade de catação e para se manter na região, já que não havia o controle do poder público, agruparam-se no entorno do vazadouro, vários aglomerados habitacionais desarranjados, sem saneamento básico, acesso a água, energia elétrica, enfim destituídos das mínimas condições básicas de habitação, e aos poucos a população foi crescendo e se tornando numerosa e formada, principalmente, por famílias de catadores de material reciclável que descobriram na atividade de catação a única alternativa de trabalho. Como exemplo, destaca-se as seguintes comunidades: Remanso, Chatuba, Favela do Esqueleto, Beco do Saci, Cidade de Deus, Avenida Rui Barbosa, Parque Planetário, comunidade da Paz também conhecida como Maruim, Quatro rodas e Comunidade do Quipapá (Bastos, 2014, p.112).

Segundo Bastos e Botão (2019), a prática da catação, supria mais de 15.000 pessoas inseridas nas atividades diretas e indiretas resultantes da catação, através de uma rede local de serviços e comércio que acolhia os trabalhadores e a população residente. Sendo assim, a circulação de dinheiro e de negócios no território era ativa, o que atraía a circulação de inúmeras pessoas para o sub-bairro de Jardim Gramacho.

³Aterro Sanitário: Conforme a NBR 8419/1992 da ABNT o **aterro sanitário** é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, minimizando os impactos ambientais.

⁴Chorume: é o líquido proveniente da matéria orgânica em decomposição nos aterros sanitários. Por ser altamente poluente não pode ser disposto diretamente no meio ambiente, pois pode provocar a contaminação do solo, do lençol freático e de corpos d'água. É um resíduo escuro, viscoso e fétido e, também, atrai vetores de doenças, como moscas e roedores.

⁵ Aterro controlado: é uma solução intermediária entre o lixão e o **aterro** sanitário, e consiste em uma tentativa de transformar os lixões em **aterros**, minimizando os impactos ambientais associados ao acúmulo de lixo em áreas sem nenhum tipo de tratamento para efluentes líquidos e preparação do solo — justamente as duas.

Para além da viabilidade técnica e ambiental de permanência das atividades do Lixão de Gramacho, os interesses de ordem política e econômica, impulsionaram o poder público na decisão de encerrar as atividades de vazamento de resíduos a céu aberto com a presença de catadores na frente de serviço no ano de 2012, visto que, na ocasião, estavam previstos a realização de inúmeros eventos, tais como: Rio+20 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Copa do Mundo de Futebol, Jornada Mundial da Juventude e finalizando com a realização das Olimpíadas, portanto, sob alegação de ter uma cidade ambientalmente correta e sustentável para abrigar os eventos citados, houve antecipação da decisão política, na perspectiva de garantir a melhor captação de recursos para os investimentos.

Os impactos provocados pelo encerramento do lixão na vida dos moradores de Jardim Gramacho foram significativos. A presença do lixão no sub-bairro empregava não só os catadores, mas dava subsídios para que outras atividades se estabelecessem informalmente, tais como: as biroskas para venda de alimentos, borracheiros e oficinas mecânicas para consertos dos veículos que transitavam para transportar os materiais reciclados e lixo, barbeiros, vendas de comidas ambulantes, dentre outras pequenas atividades econômicas que geram ocupação e renda para os moradores das proximidades do lixão. Portanto, trabalhadores da catação ou não, viviam exclusivamente das atividades econômicas relacionadas à economia do lixo e a processos associados.

De acordo com os dados coletados por Valéria Bastos e Fábio Figueiredo (2018), é possível identificar uma perda significativa nos rendimentos mensais dos catadores a partir do encerramento do lixão. Até o ano de 2012, a renda média familiar era de aproximadamente R\$ 1.343,00, havendo não raramente casos de ultrapassar os R\$ 4.000,00 de renda máxima; porém a renda média dos trabalhadores do Polo de Reciclagem, no ano de 2016, era de R\$ 300,00, sendo bastante inferior ao salário-mínimo nacional da época, que era de R\$ 880,00 e, raramente ultrapassando os R\$ 767,00 de renda máxima. (Bastos; Figueiredo, 2018, p.63).

Foi identificado que 48% das famílias dependem exclusivamente dos benefícios governamentais como o bolsa família e o auxílio emergencial e de forma complementar, para suprirem as suas necessidades, precisam das doações realizada pelas Organizações não Governamentais, 25% dos provedores familiares executam as suas atividades laborativas no mercado informal, onde 50% desses, trabalham nas cooperativas de Jardim Gramacho e recebem em média R\$600,00 mensais. através da análise teórica e empírica dos dados, percebemos que

atualmente o território de Jardim Gramacho apresenta piora em seu desenvolvimento, sobretudo nas condições de empregabilidade.

3 MÉTODO

Os resultados retratam a violência intrafamiliar entre cuidadores e filhos, com foco na transmissão psíquica transgeracional da violência. A metodologia utilizada foi a Inserção Ecológica, consiste na imersão do pesquisador no contexto social da pesquisa, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas familiares e das relações de cuidado (Koller, 2003). A coleta de dados durou 2 anos, através de contato direto com crianças, adolescentes, cuidadores e profissionais da HAJA pela equipe de trabalho. Além dessas abordagens, foi utilizado o instrumento Inventário de Estilos Parentais (IEP), aplicado em 21 mães de crianças e adolescentes matriculados na HAJA, o que ajudou a delinear as práticas educativas dos cuidadores em relação aos filhos, e o Diário de Campo, que permitiu o registro detalhado das situações cotidianas que estavam diretamente em consonância com o fenômeno a ser estudado. No Diário de Campo, também foram registradas as falas dos profissionais da HAJA sobre o território e as famílias. Esses instrumentos foram fundamentais para aprofundar a análise das manifestações de violência e seu impacto transgeracional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA RELAÇÃO CUIDADOR - FILHO(S): REFLEXÕES SOBRE A TRANSMISSÃO PSÍQUICA TRANSGERACIONAL DA VIOLÊNCIA

A violência intrafamiliar, aquela que ocorre dentro do seio da família, se apresenta como um fenômeno grave e complexo, que se repete através das gerações, acarretando diversas consequências nos âmbitos físico e emocional para os indivíduos envolvidos na mesma.

A pesquisa realizada por Sei e Gomes (2007) sinaliza que os vínculos criados dentro da dinâmica familiar, seria o responsável pela configuração do psiquismo e que os membros da família estão ligados através de laços afetivos transmitidos psiquicamente com o passar dos tempos e permeados por aspectos inconscientes. Ou seja, segundo as pesquisadoras, ao nascer, a

criança herda não apenas elementos genéticos de seus pais, mas também possui uma herança psíquica, sendo que construirá sua identidade através das identificações com esse grupo inicial, isto é, a família, e posteriormente com os grupos externos, ou seja, com a sociedade de maneira geral.

Nesse sentido, Sei e Gomes (2007) ao discutir a transmissão psíquica da violência entre as gerações, pontua que a família se configura como um espaço psíquico comum que possibilitaria a ocorrência, através de modalidades diversas, da transmissão psíquica. As autoras relacionam tal transmissão, aos aspectos ocultos não elaborados, que é marcada por vivências negativas, de maneira que o que se transmite é aquilo que não pode ser contado, o que não encontra inscrição no psiquismo dos pais é depositado no psiquismo da criança.

Tais aspectos podem ser observados nos relatos a seguir, direcionados a duas mães que, para preservação de suas identidades, serão identificadas como Cuidadora 1 e Cuidadora 2. Ambas são mulheres negras e mães solo. A Cuidadora 1 é mãe de sete filhos, cada um fruto de uma relação com parceiros distintos. Já a Cuidadora 2 é mãe de dez filhos, também provenientes de diferentes genitores.

A seguir, trechos do diário de campo evidenciam como a experiência de violência vivida na infância por essas mulheres reverbera na forma como exercem a parentalidade:

“Karol, você não tem idéia de como era a minha mãe. Minha mãe era um monstro, cada coisa horrível que já vivi com ela. Nossa, ela já enfiou uma faca em mim quando eu era criança, olha aqui... (mostrou a cicatriz). Ela já enfiou um garfo em mim também. Eu puxei da minha mãe desse jeito explosivo. Não tenho paciência. Quando eu vejo, já estou enfiando a mão no meio da cara mesmo (falando da sua relação com os filhos)”
(Cuidadora 1).

“Minha mãe era muito difícil, Deus me livre. Ela já me bateu com tudo que você pode imaginar: pedra, madeira, ferro, já me furou. Minha mãe era muito complicada”
(Cuidadora 2).

O primeiro trecho a seguir, refere-se à Cuidadora 1 e foi registrado por uma educadora da ONG durante uma atividade. Já o segundo corresponde a um relato espontâneo da Cuidadora 2, coletado por outro profissional da equipe. Ambos evidenciam a transmissão psíquica da violência — marcada por vivências de agressões na infância que se reproduzem na relação com os próprios filhos.

Esse ciclo também foi observado diretamente por profissionais da instituição, como mostram os registros a seguir:

“Menina, você não tem ideia, a cuidadora 1, é muito violenta. Foi tão pesado que eu precisei entrar na terapia. Foi assim, eu estava aqui dentro da sala e como você pode ver, dá para ver tudo que acontece na rua (porque é uma parede de vidro). Do nada, eu escuto ela gritando, de uma forma muito furiosa, a filha dela (uma menina de 13 anos). Karol, quando eu olhei pra ver, ela estava, literalmente, arrastando a menina pelos cabelos. Depois ela começou a chutar a menina em todas as partes do corpo. Todas. Até na genital” (Diário de Campo; Profissional 1).

“Ela (cuidadora 2), é uma das mães mais violentas da comunidade. Tanto os filhos morrem de medo dela. Uma vez, a filha mais nova dela me contou, que ela bateu com a perna de três (um tipo de madeira) na filha mais velha e quase quebrou o joelho dela” (Diário de Campo; Profissional 2).

As consequências dessa violência também aparecem de forma direta nas falas das crianças, revelando o sofrimento psíquico e os efeitos da repetição transgeracional:

Relato do filho de 7 anos da cuidadora 1:

“Minha mãe bate em nós por qualquer coisa. Qualquer coisa, tia. Eu sinto muita raiva dela. Quando ela ficar velhinha e eu for grande, eu vou fazer com ela a mesma coisa que ela faz comigo” (Diário de Campo; Filho 1).

Relato da filha de 13 anos da cuidadora 2:

“Minha mãe não ama ninguém não, tia. Lá em casa é cada um por si e Deus por todos. Minha mãe não bate, ela arrebenta a pessoa” (Diário de Campo; Filha 1).

No caso da violência familiar, ao se considerá-la como um fenômeno que se repete nas diferentes gerações, trazendo sofrimento para os integrantes do grupo familiar, pode-se pensá-lo como estando atrelado ao que se denomina de transmissão psíquica transgeracional (Sei; Gomes, 2007).

Nesse sentido, Corrêa (2003), ao discutir a transmissão psíquica entre as gerações, pontua que a família se configura como um espaço psíquico comum que possibilitaria a ocorrência, através de modalidades diversas, da transmissão psíquica. Para Schulze e Alves (2019), trata-se de uma transmissão em que não houve a possibilidade de elaboração daquilo que foi herdado e, devido a isso, a reprodução do abandono, da violência e do abuso se apresenta como eminente.

Outro aspecto destacado por Schulze e Alves (2019) em sua pesquisa é a falta de consciência das partes envolvidas sobre sua herança transgeracional e o impacto que isso tem em

seu papel parental, tanto na execução quanto na omissão desse papel.

Esse desconhecimento contribui para o sofrimento psíquico das crianças, que se sentem desamparadas ao vivenciarem repetidas vezes a negligência do amparo emocional por parte dos pais.

O último ponto abordado por Schulze e Alves (2019) está diretamente relacionado à minha questão de pesquisa, que busca entender o impacto da violência no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Os relatos a seguir exemplificam como essa violência transgeracional se reflete no sofrimento das crianças, evidenciado em suas palavras:

Relato da filha de 13 anos da cuidadora 1:

“Eu sinto muita vontade de morrer. Sei lá tia, acho que eu sou o problema de tudo. Eu tento fazer tudo certo, mas a minha mãe não tá nem aí. Tudo que acontece dentro de casa, minha mãe já chega batendo em geral, nem quer saber quem tá errado. Eu me sinto muito sozinha, acho que a minha mãe não me ama.... Sinto muita raiva também, muita coisa que meu irmão mais novo faz eu arrevento ele.... (Risos). Minha mãe me bate e eu bato nele” (Diário de Campo; Filha 2).

Relato da filha de 13 anos da cuidadora 2:

“Tia eu me sinto muito sozinha. Eu sinto muita vontade de morrer. Às vezes, me dá uma coisa e eu começo a cortar o meu braço com a gilete ou com o caco de vidro que eu arrumo. Tia, aqui é a lei da selva. Por isso que sou assim, nervosa, explodo, bato em geral mesmo” (Diário de Campo; Filha 1).

Além das experiências relatadas pelas crianças, uma profissional da ONG Haja também descreve a violência transgeracional e seus impactos:

“Gente, as crianças aqui são impactadas diretamente pela violência que sofrem em casa. Elas têm dificuldade de aprendizagem, são violentas demais, são muito carentes, algumas você percebe que não cresceram o suficiente.... Olha, aqui é muito complicado” (Diário de Campo ; Profissional 3).

As consequências da violência transgeracional na vida das crianças e adolescentes de Quatro Rodas são alarmantes, manifestando-se de maneira física, social, emocional e cognitiva. Esses relatos destacam a gravidade da situação e os múltiplos impactos que essa violência gera no desenvolvimento dessas crianças e jovens.

Um ambiente familiar hostil e desequilibrado, pode afetar seriamente não só a aprendizagem como também o desenvolvimento físico, mental e emocional de seus membros; pois, o aspecto cognitivo e o aspecto afetivo estão interligados, assim, um problema emocional decorrente de uma situação familiar desestruturante reflete diretamente no seu pleno desenvolvimento (Weiss, 2004).

É pensando nessa infância violada, ou prestes a ser violada, que precisamos rever certos conceitos e estratégias de ação, pois a violência transgeracional pode causar danos irreparáveis nos desenvolvimentos físico e psíquico de crianças e adolescentes.

Outro aspecto importante para se observar é que ambas as mães foram vítimas de maus tratos na infância e repetiram essa experiência com os seus filhos e os seus filhos repetem o comportamento violento com os demais. Dessa forma, o herdado passa a ser a perpetuação da violência física, conforme exposto nos dois casos em que o ciclo de violência ultrapassa as gerações. Tais evidências dialogam com as encontradas por Schulze e Alves (2019), que observaram a perpetuação da violência física transgeracional nos oito casos estudados por elas.

Como sinalizado por Schueler (2019), a transgeracionalidade da violência também ganha uma perspectiva coletiva e histórica que fica exposto através da memória da escravidão que vai transmitir através das gerações suas marcas traumáticas. A autora aponta como as marcas deixadas pela escravidão transmite ferida traumáticas que afetam diretamente a população preta. Essa marca traumática, na minha pesquisa, indiquei como sendo racismo estrutural.

Schueler (2019) realiza uma análise da sociedade brasileira, destacando a escravidão como o principal marco na constituição do Brasil como nação. A autora examina a forma como o racismo é transmitido entre as gerações, enfatizando que essa transmissão não se limita às experiências individuais de um indivíduo e seus descendentes, mas se configura como uma perpetuação repetitiva de certos modos de subjetivação que constituem o caráter de um povo. As marcas traumáticas do racismo, visíveis na fala de algumas mulheres negras de Quatro Rodas, revelam como essas experiências se perpetuam:

“Menina, minha avó não sabia ler, minha mãe não sabe ler, eu nunca fui à escola porque sempre precisei ajudar minha mãe com o trabalho. Karol, a vida do povo aqui é muito diferente” (Diário de Campo; Cuidadora 3).

“Karol, ninguém tá nem aí pra gente não (risos). Já olhou para o lado? Aqui só tem gente preta que trabalha com lixo, a maioria nunca foi pra escola. Neguinha, tem gente aqui que nem certidão de nascimento tem. Tu acha mesmo que vai chegar água, luz,

esgoto? Duvido. (Risos)” (Diário de Campo; Cuidadora 4).

“Preta linda, se um cara espancar a mulher dele aqui na comunidade, tu acha que a polícia entra pra ajudar? Só se for lá onde você mora. Aqui só entra o rabeção para pegar o corpo.” (Diário de Campo; Cuidadora 5).

“É mole, esses dias fui na clínica da família, andei igual uma corna pra chegar lá, debaixo de sol, para mulher querer me esculachar só porque ela sabe que sou catadora e não sei ler. Ah... duvido deixei ela se criar não” (Diário de Campo; Cuidadora 6).

Nas falas dessas mulheres, fica evidente a percepção de que seus corpos são desvalorizados e descartáveis pelo Estado, simplesmente por serem negras e pobres. Tais fatores sustentam a negação de direitos fundamentais, como o acesso à educação, ao saneamento básico, à saúde e à dignidade, refletindo um ciclo de violência transgeracional. Como observamos na fala da Cuidadora 3, essa realidade está imbricada na estrutura da necropolítica, conceito que reflete a política do "deixar morrer" e a diferenciação entre as vidas que são defendidas e as que são abandonadas (Mbembe, 2021).

Apesar de não possuírem o termo técnico que analisa a estrutura violenta pela qual são atravessadas, essas mulheres exemplificam de forma clara o conceito de necropolítica, demonstrando como as políticas de exclusão social e o abandono das populações negras e pobres sustentam um ciclo de violência transgeracional. A pesquisa levanta uma questão central: Quais estratégias de intervenção têm sido aplicadas no Brasil, na última década, para romper o ciclo da violência transgeracional?

Tanto nas falas das cuidadoras quanto nos relatos das crianças e adolescentes, emergiu a percepção de uma violência que ultrapassa a esfera física ou psicológica, evidenciando a ausência de intervenções efetivas por parte das políticas públicas. Essa violência, que furtam dessas pessoas o direito de possuírem direitos, se configura como um fenômeno transgeracional.

A ausência de políticas públicas específicas ou estratégias de intervenção adequadas para romper esse ciclo de violência, em Quatro Rodas, é visível tanto no sistema macro (política, economia, educação) quanto no sistema micro (relações interpessoais). Esse modelo de organização social ignora as profundas marcas da escravização deixadas no Brasil, perpetuando a exclusão e o sofrimento das populações negras e periféricas.

4.2 ESTILOS PARENTAIS E PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Para compreender melhor a prática educativa dos cuidadores em relação aos filhos, foi aplicado o Inventário de Estilos Parentais (IEP) com os participantes desta pesquisa, visando delinear seus estilos parentais. O estilo parental é o resultado da soma das práticas educativas dos pais ou cuidadores ao educar seus filhos. Quando predominam práticas negativas em relação às positivas, o estilo parental é classificado como Estilo Parental Negativo. Por outro lado, se as práticas positivas superam as negativas, o estilo é considerado Estilo Parental Positivo.

Gomid (2014) foi o responsável por elaborar o Inventário de Estilos Parentais, o qual classifica os estilos possíveis de acordo com o escore obtido. Na tabela elaborada por Gomid (2014), às práticas positivas e negativas são representadas em cinco categorias, organizadas conforme as respostas dos participantes. As tabelas A e B correspondem às práticas positivas, enquanto as tabelas C, D, E, F e G representam as práticas negativas. O Índice de Estilo Parental (IEP) é calculado pela seguinte fórmula: $IEP = (A + B) - (C + D + E + F + G)$. Com base no índice obtido, define-se o estilo parental do participante. A seguir, a tabela abaixo demonstra esses resultados:

Tabela 1 - Interpretação dos resultados do IEP

Percentuais do IEP	Interpretação do Resultado
De 80 a 99	Estilo Parental ótimo, com presença marcante das práticas parentais positivas e ausência das práticas parentais negativas.
De 55 a 75	Estilo Parental bom, acima da média, porém aconselha-se a leitura de livros de orientação para pais para aprimoramento das práticas parentais.
De 30 a 50	Estilo Parental regular, porém, abaixo da média. Aconselha-se a participação em grupos de treinamentos de pais.
De 01 a 25	Estilo Parental de risco. Aconselha-se a participação em programas de intervenção terapêutica, em grupo, de casal ou individualmente, especialmente desenvolvidos para pais com dificuldades em práticas educativas nas quais possam ser enfocadas as consequências do uso de práticas negativas em detrimento das positivas.

Fonte: Gomid, 2014. P.57.

Dessa forma, foi aplicado o Inventário de Estilos Parentais (IEP) aos participantes da pesquisa, com o objetivo de identificar os estilos parentais predominantes. Todos os participantes apresentaram o Estilo Parental de Risco como predominante. Os resultados detalhados do IEP estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Resultados do IEP dos participantes

Partic.	(A) Monitoria Positiva	(B) Comportamento Moral	(C) Punição Inconsistente	(D) Negligência	(E) Disciplina Relaxada	(F) Monitoria Negativa	(G) Abuso Físico	Resultado
P.1	10	10	8	4	10	12	05	(-19)
P.2	12	11	05	04	02	11	08	(-7)
P.3	07	12	09	06	07	08	03	(-14)
P.4	06	08	05	02	06	07	05	(-11)
P.5	11	09	09	04	08	10	08	(-19)
P.6	12	12	08	05	10	10	0	(-9)
P.7	12	08	10	04	10	12	07	(-23)
P.8	08	08	06	04	07	09	01	(-11)
P.9	09	09	09	02	08	10	02	(-13)
P.10	09	12	08	09	11	12	10	(-29)
P.11	12	12	06	06	01	11	04	(-4)
P.12	08	07	10	10	10	10	06	(-31)
P.13	06	10	11	11	06	09	10	(-31)
P.14	11	08	01	03	01	10	05	(-1)
P.15	11	09	08	05	06	10	07	(-16)
P.16	07	08	05	07	02	08	03	(-10)
P.17	12	08	05	07	08	09	06	(-15)
P.18	08	08	09	08	01	08	10	(-20)
P.19	08	10	07	07	06	07	06	(-15)
P.20	11	14	09	07	06	10	12	(-19)
P.21	07	06	08	05	07	08	09	(-24)

Fonte: Autor. Resultado: (a+b) – (c+d+e+f+g).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, todos os participantes da pesquisa obtiveram pontuações inferiores a 25 pontos positivos no Inventário de Estilos Parentais (IEP), o que, conforme os critérios estabelecidos por Gomid (2014), caracteriza um *Estilo Parental de Risco*. Esse resultado sinaliza a predominância de práticas educativas negativas — como punições físicas, negligência e ausência de diálogo — em detrimento de estratégias mais saudáveis de cuidado e orientação parental.

A literatura recomenda que, diante de tais resultados, os responsáveis sejam encaminhados para programas terapêuticos específicos, individuais ou em grupo, com foco em práticas educativas positivas. Tais intervenções devem enfatizar as consequências nocivas da

manutenção de estilos parentais negativos, bem como promover o desenvolvimento de competências parentais mais assertivas e sensíveis (Gomid, 2014).

Dentre os dados coletados, merece destaque o caso das participantes P11 e P4, que são irmãs. Ambas apresentaram escores negativos expressivos: P11 obteve -12 pontos e P4, -19, evidenciando um uso acentuado de práticas parentais inadequadas. O componente com maior pontuação negativa em ambas as avaliações refere-se à negligência, o que dialoga diretamente com seus relatos biográficos. As duas participantes descreveram experiências marcadas pela ausência de cuidado emocional e físico na infância, apontando a negligência como uma constante na relação com seus próprios pais.

Esse dado é relevante, pois evidencia a reprodução intergeracional dos padrões parentais disfuncionais. A negligência sofrida por essas mulheres parece estar se repetindo no exercício de suas funções parentais atuais, apontando para um ciclo de transgeracionalidade da violência que se mantém ativo. Essa constatação reforça a importância de intervenções que considerem a história pregressa dos cuidadores, promovendo um processo de ressignificação das experiências vividas e a construção de novos modelos de cuidado.

A participante P18 é mãe das participantes P19 e P16, e todas apresentaram o *Estilo Parental de Risco* conforme o Inventário de Estilos Parentais. Isso revela a reprodução transgeracional de práticas parentais disfuncionais, indicando que os padrões de violência vivenciados por P18 na infância foram mantidos e transmitidos às suas filhas, que os repetem na criação dos próprios filhos. A trajetória de P18, marcada por experiências extremas de violência doméstica, é ilustrada em seu relato:

“Pesquisadora, você não tem ideia de como era a minha mãe. Minha mãe era um monstro, cada coisa horrível que já vivi com ela. Nossa, ela já enfiou uma faca em mim quando eu era criança, olha aqui... (mostrou a cicatriz). Ela já enfiou um garfo em mim também. Eu puxei da minha mãe desse jeito explosivo. Não tenho paciência. Quando eu vejo, já estou enfiando a mão no meio da cara mesmo - falando da sua relação com os filhos”(Diário de Campo ; Pag 18, 2022).

Este depoimento demonstra como os traumas da infância não elaborados contribuem para a reprodução de práticas violentas na parentalidade, criando um ciclo de dor que atravessa gerações.

Outro exemplo significativo é o das participantes P12, P13 e P21, que são irmãs por parte de mãe, embora tenham pais diferentes. Duas delas, P12 e P13, apresentaram os escores mais

baixos do estudo, ambas com -31 pontos, o que reforça a presença marcante de práticas parentais negativas. Ao analisar a dinâmica familiar dessas participantes, é evidente o atravessamento da transgeracionalidade da violência como um eixo estruturante. Essa percepção é corroborada pelo relato de uma profissional da ONG:

“Essa família está entre as mais violentas de Quatro Rodas. Karol, toda a comunidade tem medo delas. As mulheres dessa família são as protagonistas da casa e também são as mais violentas. Karol, eu já vi elas se juntarem e espancaram de madeira uma mulher que mora próximo a ONG. Todas elas espancam os filhos, todas”. (Diário de Campo; Profissional 4).

Além dos relatos qualitativos, os dados quantitativos também apontam para um padrão alarmante nas práticas parentais. Quando questionados sobre a frase “Meu filho tem muito medo de apanhar de mim”, 95% dos participantes responderam “SEMPRE” e 5% “ÀS VEZES”; nenhum participante assinalou “NUNCA”. Ou seja, 100% das crianças e adolescentes demonstram medo recorrente de sofrer agressões físicas por parte de seus cuidadores.

No item “Percebo que meu filho sente que não dou atenção a ele”, 80% responderam “SEMPRE”, 16% “ÀS VEZES” e apenas 4% “NUNCA”, evidenciando uma significativa ausência de vínculo afetivo e negligência emocional. Por fim, à afirmação “Meu filho fica machucado fisicamente quando bato nele”, 60% responderam “SEMPRE”, 20% “ÀS VEZES” e 20% “NUNCA”, indicando que ao menos 70% das crianças e adolescentes sofrem lesões físicas decorrentes da violência parental.

Esses dados e relatos demonstram que a violência vivida pelas cuidadoras na infância tem sido reproduzida na relação com seus filhos, configurando um cenário de perpetuação da violência que exige intervenções urgentes e sensíveis, capazes de romper esse ciclo transgeracional.

A transgeracionalidade da violência não deve ser compreendida como um fenômeno restrito ao nível individual. Trata-se de uma dinâmica inconsciente, aprendida e perpetuada ao longo das gerações, afetando não apenas indivíduos, mas também famílias inteiras, grupos sociais e, em alguns casos, povos inteiros. Um exemplo marcante dessa perpetuação são as exclusões, perseguições e segregações históricas de determinadas etnias, cujas marcas psíquicas e sociais são transmitidas de geração em geração. É importante destacar que essa marca traumática incide tanto sobre as gerações de vítimas quanto sobre as de agressores (Reis, 2019).

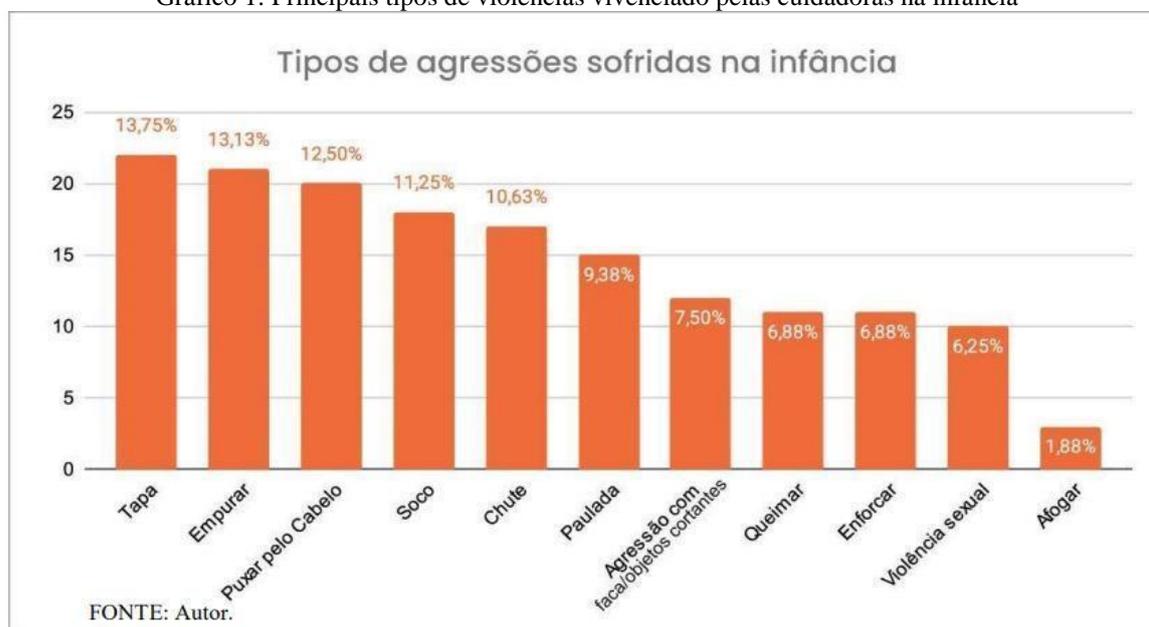
Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a trajetória de vida das 21 participantes desta pesquisa — todas classificadas com Estilo Parental de Risco — foi aplicado um questionário composto por dois blocos. O primeiro abordou vivências de violência durante a infância das participantes, enquanto o segundo tratou da ocorrência de violência doméstica em suas trajetórias.

A análise sociodemográfica das participantes também revela fatores importantes para a compreensão do contexto em que a violência transgeracional se reproduz. Em relação à raça, 20 mulheres se autodeclararam pretas e 1 indígena. Um total de 50,8% das participantes declarou ser analfabeta, enquanto 82,6% afirmaram que suas mães também o eram, o que aponta para um ciclo de exclusão educacional. Todas as mulheres entrevistadas vivem com uma renda mensal entre R\$600,00 e R\$1.200,00, sendo que 39,1% são chefes de suas famílias. O número de filhos por participante varia de 2 a 12, o que também impacta diretamente nas condições de cuidado, educação e recursos disponíveis para a parentalidade.

No que diz respeito à infância das participantes, 100% relataram ter sofrido agressões físicas como forma de correção. Destas, 65,2% foram cometidas pela mãe, 26,1% pelo pai e 8,7% por outros parentes. Os dados revelam ainda que 39,1% das participantes precisaram de atendimento médico ou internação em decorrência dessas agressões. Além disso, 39,1% das mães entrevistadas relataram ter sido vítimas de violência sexual cometida por seus próprios cuidadores.

Esses dados demonstram de forma contundente que o Estilo Parental de Risco evidenciado nas participantes está profundamente entrelaçado com experiências traumáticas vividas na infância e reproduzidas na vida adulta, em um ciclo de violência que atravessa gerações. A seguir, apresenta-se um gráfico com os principais tipos de violência física vivenciados pelas participantes durante a infância:

Gráfico 1: Principais tipos de violências vivenciado pelas cuidadoras na infância



Fonte: Elaborado pelos autores

Esses dados, evidenciados no gráfico, reforçam a gravidade da violência vivenciada por essas mulheres desde a infância, revelando um padrão recorrente de práticas abusivas que se perpetuam ao longo das gerações. A expressiva presença de agressões físicas, muitas vezes cometidas por figuras parentais, e a alta incidência de violência sexual praticada por cuidadores, revelam uma estrutura familiar fragilizada e marcada por traumas profundos. Tais resultados não apenas apontam para a naturalização da violência como método educativo, mas também denunciam a força do fenômeno da transgeracionalidade da violência, que afeta não apenas os modos de educar, mas também a forma como essas mulheres compreendem e exercem suas relações afetivas e sociais.

Esse ciclo de violência, quando não interrompido por ações educativas, terapêuticas e estruturais, tende a se perpetuar, comprometendo o desenvolvimento saudável de novas gerações e dificultando qualquer possibilidade de ruptura com a lógica da violência enquanto norma dentro do ambiente familiar.

Um exemplo marcante da naturalização dessa violência surgiu durante uma vivência cotidiana no território. Conforme registrado no Diário de Campo:

“Durante uma tarde, estava conversando com 6 crianças, enquanto aguardava a minha vez de entrar no campo para jogar bola. A conversa estava descontraída, elas estavam rindo e se sentindo muito à vontade. De forma muito natural, fui fazendo algumas

perguntas sobre a vida delas, as relações que ambas têm com suas mães, etc. Até que, de uma hora para outra, elas começaram a “disputar” quem já tinha apanhado mais e com quais objetos. Aquilo me assustou muito e ao mesmo tempo achei curioso. Na mesma hora fui anotando as categorias e pensei: foi criar um questionário, com essas categorias e aplicar em todas as crianças matriculadas na "haja". (Diário de Campo; pág 40, 2022).

Esse relato revela como, para muitas crianças, o sofrimento físico se transforma em um elemento banal do cotidiano, sendo até mesmo inserido em dinâmicas lúdicas e conversas informais. A competição para relatar quem já foi mais agredido ou com objetos mais “duros” denuncia não apenas a normalização da violência, mas também a ausência de referência de relações familiares baseadas no cuidado e no afeto.

Diante desse episódio, foi elaborado um questionário sobre as formas de manifestação da violência física sofrida por crianças e adolescentes em suas relações com os cuidadores. Essa ferramenta, com caráter pedagógico e investigativo, foi aplicada a 130 crianças e adolescentes atendidos pela instituição. Os dados coletados, que serão apresentados a seguir, oferecem um retrato alarmante das práticas abusivas ainda presentes em muitas famílias, apontando para a urgência de intervenções que promovam vínculos mais saudáveis e relações educativas não violentas.

Gráfico 2: Formas de manifestação da violência física contra crianças e adolescentes matriculados na Haja.



Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados apresentados no gráfico são alarmantes e reforçam a transmissão psíquica da violência entre as gerações, ocorrendo devido à impossibilidade de elaboração do sofrimento herdado, o que leva à reprodução de padrões de abandono, violência e abuso. Este ciclo de violência é perpetuado pelas gerações seguintes, sendo uma reprodução quase automática do modelo de educação violenta que essas mulheres receberam na infância. Ao utilizarem a violência como principal instrumento de resolução de conflitos e manutenção da educação, elas replicam, muitas vezes de forma inconsciente, o que vivenciaram enquanto crianças.

As estatísticas sobre violência doméstica são devastadoras: 100% das participantes afirmaram ter sofrido violência em diferentes formas ao longo de suas vidas, sendo que 78,3% relatam estar atualmente em uma relação violenta. Quando questionadas sobre os tipos de violência sofrida, os resultados são igualmente preocupantes: 100% das participantes relataram ter sofrido violência psicológica, 82,6% violência física, 69,6% violência moral e 43,5% violência sexual e patrimonial. Além disso, 95,7% das participantes reconhecem a presença da violência doméstica até a terceira geração de mulheres em suas famílias, o que demonstra a profundidade e continuidade desse fenômeno transgeracional.

É possível perceber que o perfil das famílias deste território está intimamente ligado ao ciclo transgeracional da violência, com características marcantes: todas as participantes fazem parte de grupos minoritários, têm acesso precário à educação formal, vivem em situação de extrema pobreza e, mais alarmante, todas vivenciaram episódios de violência durante a infância, os quais, infelizmente, se reproduzem na fase adulta. Esses fatores formam um cenário de vulnerabilidade que dificulta a quebra desse ciclo de violência, exigindo intervenções profundas que vão além da conscientização e que atuem diretamente nas estruturas sociais e familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo investigar se crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social são vítimas da violação de seus direitos por meio da transgeracionalidade da violência e como essa transgeracionalidade se conecta ao racismo estrutural. Os dados demonstraram que os tipos de violência perpetrados contra crianças e adolescentes formam padrões de comportamento aprendidos e muitas vezes naturalizados, sendo repetidos por cuidadores. A violência familiar e doméstica se repete nas gerações, trazendo sofrimento aos

membros da família e impactando o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo dos jovens. Além disso, as cuidadoras que reproduzem essa violência muitas vezes se culpabilizam, perpetuando o ciclo.

Foi possível perceber que as famílias desse território estão imersas em um ciclo transgeracional de violência. Em relação à cor/raça, todas as participantes se identificaram como negras ou indígenas, refletindo o processo social-histórico brasileiro e a articulação entre racismo estrutural e capitalismo. Esse contexto contribui para a perpetuação da violência, especialmente em territórios vulneráveis, reforçando a necessidade de intervenções que abordem essas desigualdades estruturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. A força do legado transgeracional numa família. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 10, n. 2, p. 215-230, 2008.

BRASIL. Disque 100 tem mais de 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2021. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2021>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Agência Senado. Vulnerabilidade aumenta risco de violência contra mulher negra, aponta DataSenado. 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/22/vulnerabilidade-aumenta-risco-de-violencia-contra-mulher-negra-aponta-datasenado>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social. In: **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, São Paulo, 2014.

DATRIA SCHULZE, Mariana; DE MOURA ALVES, Aline Cristine. No limite do psíquico e do legal: a transgeracionalidade em processos de destituição do poder familiar. *Opinião Jurídica*, v. 18, n. 36, p. 209-231, 2019.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas et al. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 1037-1050, 2009.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. Inventário de Estilos Parentais – IEP. Modelo Teórico – Manual de aplicação, apuração e interpretação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (5ª. impressão, 2021).

KOLLER, Silvia Helena; MORAIS, Normanda Araújo de; PALUDO, Simone dos Santos. (Org.). Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano. Pearson, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 Edições, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva SA, 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Política para melhorar a saúde mental. 170ª Sessão do Comitê Executivo, Washington, D.C., EUA (sessão híbrida), 20 a 24 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/sites/default/files/ce170-15-p-politica-saude-mental_0.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

REHBEIN, Mauro Pioli; CHATELARD, Daniela Scheinkman. Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25, n. 3, p. 563-584, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000300010>. Acesso em: 19 ago. 2021.

REIS, Eliana Schueler. Transmissão transgeracional–subjetivação do trauma coletivo. **Primórdios**, v. 6, n. 6, p. 45-66, 2019.

Ramos, M. E. C.; Oliveira, K. D. Transgeracionalidade percebida nos casos de maus-tratos. In: PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato (Orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção**. São Paulo: Summus, 2008.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

SANTOS, Luana Martins. **O legado do encerramento do lixão de Gramacho: análise a partir do trabalho das ONGs e seus rebatimentos no território**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021

SEI, Maíra Bonafé; GOMES, I. C. Violência familiar, o transgeracional e a arteterapia com famílias: Aproximações. Encontro: **Revista de Psicologia**, v. 11, n. 16, 2007.

SILVA, Isabela Machado da; MENEZES, Clarissa Corrêa; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. Em busca da “cara-metade”: motivações para a escolha do cônjuge. **Estudos de Psicologia [online]**, v. 27, n. 3, p. 383-391, set. 2010.

SILVA, Simone Souza da Costa et al. Qualidade conjugal: estudo de caso de ribeirinhos na Amazônia. **Revista Interinstitucional de Psicologia [online]**, v. 4, n. 1, p. 50-59, 2011.

STERN, Daniel. **The interpersonal world of the infant**. New York: Basic Books, 1995.

WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ZANIANI, Ednéia José Martins; BOARINI, Maria Lúcia. Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 272-281, 2011.